

Inflação, subsistência e carestia em Minas Gerais

em meados do século XIX.

Alisson Eugênio

Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas
alissoneugenio@yahoo.com.br

Resumo

Houve um surto de crise no abastecimento de alimentos em algumas províncias do Império no final dos anos 1850, após os efeitos das restrições impostas pela lei de ocupação de terras no Brasil, sendo duas das cidades mais afetadas, principalmente no preço da carne, a Capital do país e a de Minas Gerais. Com base nessas informações, este texto analisará as percepções que os membros das comissões encarregadas de explicar os motivos da referida crise produziram nos seus relatórios.

Palavras-chaves: oferta de alimentos, aumento de preços e carestia.

Abstract

During the first half of the nineteenth century, amongst Brazilian parishes located close to the sea, those devoted to the production of foodstuffs were far more densely peopled than those attached to export crops. The production for export in central and southern Brazil lead to population densities that could not match those produced by the export areas in the Empire's Northeast, and this also applied to food-producing parishes in both regions. Among other factors, density was inversely correlated to the distance from North Atlantic, where the results of eighteenth-century economic growth (affecting population growth and the slave trade) were manifest during the subsequent fifty years. Those differences were not exactly coincident with the diversity of colonization patterns, and were not a direct result of slavery.

Key words: offer of victuals, increase of prices and shortage.

“É que este sistema de dom gratuito das terras, muitas fazendas tem se estragado com prejuízo para seus proprietários. Mas, considerando a questão da produção, não nos cabe entrar na apreciação da conveniência ou não do sistema em si. Cabe-nos apenas ponderar que por aquele recurso a classe dos pequenos agricultores se tornava mais extensa e a terra fornecia mais frutos”.

Câmara Municipal de Pitangui, 08/01/1858

As relações comerciais entre a Província de Minas Gerais e a capital do Império formavam um dinâmico e importante centro econômico no século XIX. Minas era um dos principais pólos de abastecimento de alimentos do período e o Rio de Janeiro o seu principal consumidor.

No entanto, uma crise abalou esta relação entre o final da década de 1850 e o início da seguinte, sendo o comércio da carne um dos mais afetados, mas não o único porque, de acordo com os Registros das Câmaras, os Relatórios dos Presidentes de Província e as falas do Imperador Pedro II à Assembléia Geral, além do gado bovino, outros itens da alimentação cotidiana, como o milho, o feijão e as plantas tuberosas^{1*}, estavam com os preços muito elevados, dificultando o seu consumo pelos setores mais pobre da população.

A economia mineira, antes mesmo da tão propalada crise das atividades mineradoras (SOUZA, 1982), já apresentava um significativo desenvolvimento agropecuário que, com a consolidação da decadência do ouro, foi se tornando a base econômica da região. De acordo com uma das pioneiras sobre esse assunto, Mafalda Zemella, *“a agricultura e a pecuária mineira desenvolveram-se a tal ponto que se tornaram capazes não só de abastecer os habitantes das*

1 Isto é, cujas raízes são em forma de tubérculos nutritivos, como a mandioca, a mais popularmente consumida na época em foco.

Gerais, mas também as populações das capitais vizinhas” (1990, 234).

Esse desenvolvimento agropecuário foi responsável, entre outros fatores, pela expansão em seu território de uma parcela significativa de pessoas interessadas em cultivar alimentos para as áreas agroexportadoras, o que favoreceu a formação de novas frentes de colonização, como o leste, e o incremento de outras já ocupadas onde os solos eram muito férteis, como o sul. O resultado econômico desse processo foi tão significativo que ajudou Minas a concentrar a maior população de escravos no século XIX (MARTINS, 1983).

Tal constatação gerou um debate sobre as características da economia colonial. Afinal, o mercado interno dessa economia poderia ter funcionado com alguma autonomia em relação ao sistema agrário monocultor e exportador? Pois, segundo Caio Prado Júnior,

nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro e diamantes, e depois algodão, e em seguida o café para o mercado europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo externo, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizavam a sociedade e a economia brasileira. (1983, 31-32).

A partir dessa constatação surgiram estudos sobre esse assunto aprofundando e revisando as conclusões de Caio Prado, como o de Fernando Novais, para cujo autor

É em última instância o mercado europeu que define a maior ou menor extensão da produção colonial. É claro que ao lado dessa produção para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor, dependente do primeiro, que visava suprir a subsistência interna. Mas, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem

o ritmo que movimenta a produção. Nos períodos em que a procura externa se retraía, isto é, quando baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras da colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, pois, diminuía sua capacidade de importar, quando, ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores na produção exportadora; abria-se então à economia de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente (1986, 96).

Apesar de não invalidar essas conclusões no geral, alguns trabalhos críticos e de caráter revisionista surgiram no final dos anos 1980 procurando relativizá-las, como o de João Luís Ribeiro Fragoso, segundo o qual,

a economia colonial é um pouco mais complexa que uma plantation escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais. É isto que constatamos através dos números que atestam o peso e a importância do mercado interno colonial e das produções para ele voltadas. Mais do que isto, a complexidade da economia colonial é verificada pela capacidade além da elasticidade da agroexportação frente às conjunturas internacionais de aumentar as receitas de suas produções de abastecimento, mesmo em época de quedas dos preços internacionais e da retração do agroexportação. Esse fenômeno nos informa, através de uma situação limite, a possibilidade de realização de acumulações endógenas no espaço colonial (1992, 23).

O que o comércio de produtos agropecuários entre a Província de Minas e a capital do Império, bem como a elevação dos preços dos alimentos em geral no Brasil do período em foco, tem haver com esse debate? Tal elevação foi provocada pelas flutuações do mercado externo, ou devido a problemas endógenos da economia brasileira?

Apesar de o problema em estudo neste texto ter ocorrido no II Reinado, o conceito de economia colonial, desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda (1962), pode ser aplicado para examiná-lo por causa das “heranças coloniais” da formação nacional após a Independência, a partir das quais as estruturas econômicas do Brasil continuaram, essencialmente, com exceção da quebra formal do monopólio comercial exercido por Portugal, sem maiores novidades no setor agropecuário.

Dito isso, a seguir será exposto como o aumento dos preços dos gêneros alimentícios aparece nas fontes, e como estas podem apresentar dados que ajudem a responder a questão anteriormente colocada.

No dia 09 de outubro de 1857 o Ministério dos Negócios do Império enviou um aviso para todas as províncias, inquirindo sobre “*a carestia de alimentos nos municípios*”, procurando conhecer o tamanho do problema e suas causas gerais e as específicas de cada região. Esse aviso em Minas foi divulgado aos municípios por meio de uma circular expedida pelo governo da Província no dia 22 de outubro do mesmo ano, a qual as Câmaras Municipais passaram a responder a partir do início do ano seguinte.

Para isso, as Câmaras que dispunham de recursos suficientes organizaram comissões técnicas que produziram relatórios nos quais se encontram informações sobre as características da alimentação da população local, os alimentos mais escassos, os motivos da escassez e, às vezes, críticas e sugestões para a resolução do problema.

Analisando esses relatórios, foi possível constatar que o milho, o feijão e a carne foram os alimentos mais citados nas respostas fornecidas pelas 27 Câmaras Municipais ao referido

inquérito agropecuário, seguidos pela mandioca, pelo arroz e café. Entre elas, 24 responderam que havia carestia de alimentos e grande elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade (compostos pelos produtos citados acima, além do sal e do açúcar), e três apenas responderam negativamente à carestia, mas não à elevação dos preços, os quais, mesmo não tendo sido majorados como em outras localidades, também seguiram a alta geral da inflação. Em quase todos os relatórios, a diminuição da oferta de mão-de-obra escrava, a quase ausência de um mercado de trabalho assalariado e a expansão do consumo foram os fatores usados para explicar a crise de abastecimento alimentar. Também foram apresentadas outras causas desse problema, como a especulação nas relações comerciais dos gêneros de primeira necessidade, o monopólio praticado por alguns grandes fornecedores e as técnicas utilizadas na agricultura e pecuária extensivas.

Vejamos como essas informações foram prestadas pelas comissões de alguns municípios. A organizada pela Câmara Municipal de Uberaba, em 07 de janeiro de 1858, informou em seu relatório que,

os gêneros alimentícios que formam a alimentação da grande massa do povo são a farinha de milho, feijão, arroz, carne de boi, tocinho e sal, os quais acham-se majorados porque tem havido diminuição na sua produção não só nos grandes mercados, mas também nos pequenos mercados locais onde são produzidos, cujos efeitos tem como causa de caráter permanente a falta de braços, que aqui tem se tornado sensível aos lavadores. A carestia abrange todos os gêneros na produção de cem por cento no preço, inclusive o sal que por exceção podia-se comer aqui pela metade do preço de 10\$000, se o governo geral mandasse examinar a navegação do Rio Pardo, pelo qual com facilidade se vai até a Vila de Mogi na Província de São Paulo, e a animasse.²

² APM (Arquivo Público Mineiro), documentos dirigidos pelas Câmaras Municipais ao Governo da Província, S.P.715, p.20, 1858.

A comissão da Câmara Municipal de Formiga respondeu ao inquérito agropecuário que “a elevação dos preços dos gêneros alimentícios no Município tem especialmente por causa o lucro que oferece a exportação deles para a Corte e outros pontos da Província”.³ De acordo com os estudos que enfocam as relações comerciais entre Minas e Rio de Janeiro, como o de Alcir Lenharo (1983), boa parte da produção mineira de alimentos passou a ser comercializada cada vez mais para as regiões produtoras de café no Vale Paraíba fluminense e para a capital do país. Sendo assim, a maioria das respostas ao inquérito do Ministério dos Negócios do Império, sobre as causas de custeio de víveres de primeira necessidade no período em estudo, apontou tal fato como um dos principais motivadores do elevado aumento de preços dos mantimentos em suas localidades.

Analisando as ponderações das comissões encarregadas pelos municípios de responder ao referido inquérito, observa-se que outros tantos fatores foram apresentados para explicar a inflação em exame neste texto. A Câmara Municipal de Leopoldina, por exemplo, respondeu que,

sobre a elevação dos preços dos gêneros alimentícios neste município, ela emana da falta de braços de que se recente desde 1850, não tendo sido remediada até o presente pela colonização, ao nosso ver, digna de mais atenção, por ser o único meio que nos parece ter de vigorar a nossa decadente lavoura. Quanto aos gêneros que mais sofrem são o arroz, o feijão, o milho e o gado vacum, que são os de primeira necessidade. Apesar disso parece pouco favorável que longe de haver aumento na produção destes gêneros, tem havido diminuição sensível, cujas causas julgamos ser, além da falta de braços, o emprego exclusivo que fazem os fazendeiros na cultura do café, da qual tiram interesses mais vantajosos, tratando os gêneros alimentícios com tal restrição que apenas colhem para suas despesas, isto geralmente falan-

³ *Idem*, p.21.

do porque muitos cafelistas preferem tratar melhor do café se sujeitando a comprar o sustento que lhes são necessários. Esta comissão tem mais a dizer que tal carestia é geralmente sentida em toda a Província, elevando-se de tal sorte os preços dos mantimentos que sobem de 150 a 200 por cento em relação aos anos anteriores. A comissão também informa que de modo geral todos os gêneros estão sofrendo o mesmo problema, porque as colheitas dos anos de 1856 e 1857 foram inferiores às de 1854 e 1855 em torno de 30 a 40 por cento, diminuição esta que parece marchar em espantosa progressão, e se não forem removidas suas causas produzirá um futuro pouco lisonjeiro.⁴

Uma das causas apontadas nesse relatório foi o fato de em Leopoldina, fronteira com a província fluminense, os seus fazendeiros terem preferido investir na cafeicultura, deixando de lado o cultivo de outros grãos. Realmente, a produção de café aumentou muito no período em que ocorreu aumento dos preços dos produtos básicos da alimentação diária. De acordo com Caio Prado Júnior, em sua *História Econômica do Brasil* (1956, 164) a exportação deste grão cresceu de 10.340 sacas de 60kg na década de 1830 para 27.339 sacas nos anos 1850, crescimento este que manteve a mesma tendência ao longo das décadas seguintes, atingindo 51.631 no último decênio do Império.

Esse mesmo problema foi apresentado por comissões de outros municípios cafeeiros localizados na fronteira de Minas com o Rio de Janeiro, como a de Paraibuna, segundo a qual “a maior parte dos fazendeiros só se ocupam mais com a cultura do café do que com os gêneros de primeira necessidade”.⁵ Como a de Pitangui que explicou ser causa da inflação o fato de “a propriedade ter passado a dedicar-se à cultura da cana de açúcar, para a qual aumentaram os braços nela aplicados, ocupando estas lavouras

4 *Idem*, p.53.

5 *Idem*, p.152.

de cana vastas regiões de terreno”,⁶ e a de Lavras, para qual a principal causa da “diminuição de oferta de gêneros alimentícios ocorre porque o numero de escravos empregados nos serviços das fazendas é menor; pois uma boa parte deles está deslocada para a produção de fumo”.⁷

A diminuição da oferta de mão-de-obra escrava foi apontada em todas as respostas fornecidas pelas Câmaras Municipais como um dos principais fatores da diminuição da produção voltada para o consumo de alimentos básicos, pois, a partir da proibição do tráfico de africanos, o preço do escravo, de acordo com dados produzidos por Kátia de Queiroz Mattoso (1982, 95), de 450\$000 na década de 1840 saltou para 650\$000 na seguinte, se mantendo estável nos anos 1870, até recuar um pouco na última década da escravidão, quando retornou ao valor médio dos anos 1840.

Na sequência serão apresentadas respostas de outras Câmaras Municipais ao inquérito do Ministério dos Negócios do Império sobre a elevação dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, nas quais a diminuição de oferta de escravos é apontada como uma das principais causas de tal elevação.

A Câmara Municipal de Três Pontas, em resposta ao referido inquérito esclareceu,

que os gêneros que fazem a principal alimentação do povo deste município são o milho, o feijão e o arroz, cuja produção tem diminuído ao mesmo tempo que a população consumidora tem aumentado, sendo que a falta de braços, ocasionada pela morte dos escravos tem influído consideravelmente para diminuição da produção, porque o agricultor não acha meio de substituí-los, em razão de o pequeno número de jornaleiros livres que existe neste município cobrar um salário maior do que aquele que razoavelmente se pode pagar para

6 *Idem*, p.29.

7 *Idem*, p.103.

cultivar a terra, na condução do gado, porcos e tropas para o mercado da Corte e, finalmente, porque muitos indivíduos que se poderiam dar aos trabalhos da agricultura, e tirarem dele cômoda e descente subsistência, vegetam na ociosidade sem procurar emprego algum.⁸

Nesse depoimento há uma crítica à falta de um mercado de trabalho assalariado, muito reclamado em uma época em que o tráfico negreiro havia sido proibido há 8 anos -, classificando como ociosos os indivíduos potenciais para o trabalho braçal, os homens livres e pobres, isto é, aqueles que não tinham propriedades, nem mesmo a de um escravo. Isso porque de acordo com Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997), eles não se sujeitavam ao trabalho regular, pois a escravidão afetou o status da produção, tornando as atividades manuais indignas para aqueles que mesmo sendo pobres não queriam ser identificados com os escravos.

Em Oliveira, por causa disso, a Câmara Municipal, além de reclamar da pouca oferta de escravos e trabalhadores livres, bem como do aumento dos consumidores e da ausência de estudos práticos para melhorar o uso do solo, também lamentou a “*falta de uma lei regulamentar que obrigue a massa do povo ao trabalho*”.⁹

Em relação a esse problema, a Câmara Municipal de Campanha apresentou uma sugestão destinada a remediar ao menos parte da elevação dos preços causada pela “*migração forçada dos braços cativos para as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, e a maior procura desses gêneros nos pequenos mercados deste município para conduzi-los aos mercados dos municípios de Rezende e Guaratinguetá das províncias limítrofes que, como esta, também sofrem a maior penúria dos artigos alimentares*”, qual seja, “*dar prêmios aos cultivadores que mostrarem certa*

⁸ *Idem*, p.96.

⁹ *Idem*, p.106.

quantidade de alqueires produzidos a cada ano, e impor penas ou multas àqueles que por negligência deixarem de cumprir este dever”.¹⁰

Com o mesmo objetivo, a comissão da Câmara Municipal de Paracatu, após informar que o aumento dos preços dos mantimentos nessa cidade procede da “*falta absoluta de braços que desgraçadamente sofremos em todo o município, pelo crescido número de escravos que dele tem sido exportado para a Província do Rio de Janeiro, em prejuízo total da lavoura, que está consideravelmente enfraquecida e desanimada em toda esta Comarca*” e das “*barreiras criadas pela Província de Goiás nos Portos do Rio Paraibuna, onde com inqualificável injustiça cobram-se dos fazendeiros do Município de Patrocínio, que para aqui transportam os produtos de sua lavoura, os pesados e onerosos direitos de passagem no valor de 6\$000 para cada carro e \$480 para cada boi*”, sugere “*que o Governo Imperial remova o quanto antes estes dois poderosos inconvenientes, mandando colonos laboriosos e morigerados para esta importante Comarca, e fazendo suprimir aquelas mencionadas barreiras no dito Rio, que são nada mais que minas de reprovadas especulações*”. Afinal, por causa disso é incontestável que muito tem diminuído a produção de todos os gêneros de alimentos, porque abandonada a lavoura como se acha, pela falta completa de braços, e não podendo contar com os serviços da gente proletária, que entre nós não se sujeita aos trabalhos ativos, perenes e pesados não podia deixar de aparecer essa sensível diminuição, trazendo consigo um cortejo de calamidades.¹¹

A sugestão de incentivar a colonização vinha sendo modestamente experimentada pelas elites do Império (COSTA, 1985, 186-191), mas somente a partir da década de 1870 que ela de

¹⁰ *Idem*, p.109.

¹¹ *Idem*, p.38.

fato foi levada a sério, após os impactos da Lei do Ventre Livre, apesar do próprio Imperador D. Pedro II advertir desde 1856 o seguinte:

A nossa lavoura tem sofrido considerável perda de braços, e torna-se portanto cada vez mais urgente a aquisição de colonos industriais e morigerados que mantenham e desenvolvam a produção do nosso fértil solo”, ressaltando que “esta empresa porém não depende só dos Poderes do Estado; exige principalmente o concurso espontâneo de nossos proprietários agrícolas.¹²

Com efeito, se havia menos oferta de escravos em um contexto de aumento da produção monocultora, principalmente a do café, as grandes propriedades rurais tenderam a absorver a maior parte da mão-de-obra disponível, bem como a aumentar a pressão sobre o solo, o que limitou a ampliação do cultivo de alimentos por parte dos pequenos agricultores, após 1850, por causa não só da Lei Eusébio de Queirós que proibiu definitivamente a importação de africanos, mas também da Lei de terras que dificultou a formação de novas roças, as quais tradicionalmente supriam as demandas locais de alimentos.

A esse respeito, a comissão da Câmara Municipal de Ouro Preto considerou que isso ocorreu devido “à necessidade de dar-se ao produto do trabalho dos braços empregados na produção um valor correspondente ao prêmio do grande capital em que são sepultados, regulando-se pelos que se têm aplicado no cultivo do café, que é sem dúvida o principal regulador do valor dos serviços entre nós”.¹³

Consequentemente, os preços dos produtos destinados ao consumo de alimentos do mercado interno subiram muito. O da carne bovina, por exemplo, subiu de 1\$600 réis a arroba

12 Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, *Jornal O Bom Senso*, p.1, Ouro Preto, 15/05/1856.

13 APM, *Ofícios das Câmaras Municipais dirigidos ao Governo da Província*, S.P.715, P.150-2, 1858.

para 3\$2000, de acordo com um dos principais criadores, o Sr. Francisco de Souza Dias, do Município de Poços de Caldas.¹⁴ Em Ouro Preto, a libra da carne que custava em torno de 100 réis aumentou para 160.¹⁵ De um modo geral os preços médios no varejo em relação aos outros produtos também cresceram. O feijão pulou de 4\$000 réis a arroba para 8\$000; o arroz de 3\$000 para 7\$000; o milho de 1\$200 para 3\$600.¹⁶

Em relação ao aumento dos preços da carne bovina, a comissão da Câmara Municipal de Uberaba explicou,

que os fazendeiros criadores do sertão não remetem hoje gados para a Corte, mas sim esperam o comprador no mercado de Uberaba, porque existindo o Monopólio das Companhias ou sociedade marchantes da Corte, tem acontecido que o negociante mineiro, chegando à Corte com marchas peníveis e imensas, vê-se por muitas vezes obrigado a vender o seu gado por preços módicos e inferiores aos custos do gado, sofrendo assim grandes prejuízos, pois as companhias são as únicas compradoras, e não podendo os negociantes voltarem para Minas com os seus gados, não têm outro remédio senão sujeitar-se ao preço dos marchantes, e deste modo é que afugentou-se do mercado a maior parte dos negociantes de Minas.¹⁷

Além dessas causas, a comissão de Passos acrescentou mais um fator crítico que contribuiu para a crise do abastecimento do gado vacum. Segundo os seus membros, “os criadores tem sofrido o problema da carestia do sal”. Isso porque, “há alguns anos, criava-se o gado sem precisão de dar-lhe sal porque havia muitos bebedouros e as pastagens eram novas. Hoje estas estão cansadas, e por isso houve diminuição da produção e aumento nos preços”.¹⁸

14 *Idem*, p.124.

15 APM, *Relatórios sobre Economia Municipal*, S.P. 832, avulsos sem numeração, 1860.

16 APM, *Ofícios das Câmaras Municipais dirigidos ao Governo da Província*, S.P. 715, p.151, 1858.

17 APM, *Ofícios das Câmaras Municipais dirigidos ao Governo da Província*, S.P. 715, p.23-24v, 1858.

18 *Idem*, p. 60-61.

Nesse relato, o custo do sal em combinação com o cansaço das pastagens e o aumento do consumo no Rio de Janeiro fez subir o valor do gado, pois as técnicas de produção naquela época eram do tipo extensivas, isto é, o rebanho era criado de forma rudimentar, com pouca ou nenhuma utilização tecnológica e, por isso, as pastagens naturais foram ficando escassas, obrigando o produtor a aumentar a quantidade de sal na nutrição das reses, ou criá-las em pastos cultivados, o que ajudou a encarecer o custo da produção.

Na capital de Minas, o preço da carne bovina havia se tornado tão elevado que os membros de sua Câmara solicitaram do Presidente da Província “*auxílio para poder conjurar a crise pela qual estão passando os habitantes desta cidade com o elevado preço da carne verde, o que é um verdadeiro flagelo para as classes menos abastadas*”, e seguiram rogando que ele se dignasse “*a resolver esta questão, vista a emergência que reclama um negócio que interessa à toda população*”.¹⁹

Um mês e meio depois, eles tentaram amenizar o problema propondo ao governo da Província, como forma de remediar a crise,

a aprovação provisória dos seguintes artigos das Posturas Municipais, enquanto a Assembléia Legislativa não se reunir: será livre à qualquer pessoa, que tenha idoneidade para negociar, matar reses para vender ao povo, independente de quaisquer direitos municipais que para este fim serão abolidos, uma vez que o preço da carne não exceda o valor de 120 réis a libra. Os açougueiros serão obrigados a fixar na porta de seus açougues uma tabela ou cartaz anunciando os preços da carne. Aos que venderem a carne por 120 réis a libra, ou menor preço, serão-lhes franqueados os quartos da Praça do Mercado.²⁰

19 APM, *Relatórios sobre Economia Municipal*, S.P. 832, avulsos sem numeração, 1860.

20 *Idem*.

Pelo que se lê no ofício enviado pela Câmara Municipal de Ouro Preto ao governo provincial datado no dia 5 de junho do mesmo ano, as medidas não surtiram o efeito esperado, pois em tom desolador a municipalidade reclamava que “*apesar de lutar para fazer o preço da carne descer ele continua a 160 réis a libra, o que é um verdadeiro flagelo, pois trata-se de um dos principais alimentos da população desta capital*”.²¹

Retornando às respostas oferecidas pelas câmaras Municipais, por meio de suas comissões especiais de investigação, em relação ao problema do preço da carne, de Lavras veio a seguinte ponderação:

Boa parte do gado exportado para o Rio de Janeiro vem desta Província (...) e já não se pode vender barato o gado porque ao custo da sua criação acresce o do transporte, perdas de animal, direitos de passagens e por isso o curso natural é a elevação dos preços do gado. Também a elevação desmedida do preço da carne verde nos açougues da Corte tem haver com o desequilíbrio da produção e consumo. Mas, comparando o preço da produção em Minas com o produto da venda dos retalhos da carne no Rio de Janeiro, ver-se-á que deduzido o preço do transporte ainda se poderia vendê-la mais barato e mesmo assim o lucro continuaria a ser muito. A causa deste escândalo e o verdadeiro flagelo deste comércio é o monopólio das companhias que compram o gado para abatê-lo no Rio de Janeiro”. “Os mineiros só tem duas épocas para engordar o seu gado. A primeira é no tempo das águas que vai de outubro a fevereiro, ou até onde se alcança os pastos dos campos naturais, e a segunda é a da estação seca que vai de abril até junho, quando pela severidade da estação os pastos de capoeiras artificiais quase desaparecem. Concluídos estas épocas cumpre vender o gado, não só porque a demora não costuma trazer lucro, como porque pelo mal estado das pastagens é difícilmo conservar o gado sem perdas, e são nestes interstícios que vem os emissários comprar o gado, ou então se conduz a boiada pela própria

21 *Idem*.

conta à espera no Rio de Janeiro. Chegando lá, o boiadeiro tem precisão de dispor imediata e infalivelmente de suas reses, pois nem pode reconduzir o gado que chegam quase mortos, e nem recolhê-los em pastos porque eles não existem, e mesmo que eles houvessem de nada as reses cansadas os aproveitariam, e assim continuariam a perder peso e valor. Neste caso, ou há o boiadeiro de vender o gado para os compradores representantes dos marchantes que não tem concorrência, e podem por isso impor o preço que quiserem, ou há de levá-lo ao matadouro e vendê-lo aos quartos, e neste caso há concorrência para quem os vende, ficando o boiadeiro de pernas par o ar (...) Por isso os preços tenderão a elevar-se a ponto de a população do Rio de Janeiro, sobretudo a que trabalha nas ocupações mais rudes, ficar ameaçada de não poder consumir as carnes verdes. Se tivéssemos estradas de ferro, que em poucas horas conduzissem as boiadas mineiras ao mercado, chegariam as reses ao Rio de Janeiro descansadas, e então qualquer demora na venda poderia ser até proveitosa. Mas, enquanto não gozarmos deste benefício, as boiadas mineiras nunca têm de andar menos de 50 léguas para a Corte, e algumas delas como as de Passos tem de andar quase 100, sempre por caminhos de serras e pedras, com marchas de 4 a 5 léguas diárias, sem pastos bons e quase nenhum da Mantiqueira por diante.²²

Esse documento traz informações mais completas sobre os motivos inflacionários da carne bovina, principalmente na Corte onde seu valor estava mais desequilibrado por causa da explosão demográfica que elevou a demanda por lá, além do monopólio que, segundo a Câmara de Lavras, era o maior responsável pelo problema, mostrando as fraquezas e dificuldades dos produtores diante de tão complicado obstáculo.

Tão completa como a anterior foi a resposta fornecida pela comissão da Câmara Municipal de Poços de Caldas sobre o problema em tela, segundo a qual,

²² APM, *ofícios das Câmaras Municipais dirigidos ao Governo da Província*, S.P. 715, p.82-83, 1858.

no sul desta Província, nos municípios de Lavras, Ainroca, Baependi, Três Pontas, Pouso Alegre, Caldas, Jacuí e Passos há neste ano pouco gado nas invernadas com destino à Corte do Rio de Janeiro, por terem os invernistas e produtores posto todo o gado quando puderam no mercado, a fim de aproveitar bem o bom preço em que tem estado a carne verde, nestes últimos dois meses. Tendo o Governo por vezes manifestado desejo de achar um meio de regularizar o preço das carnes verdes, vou apresentar à Vossa Excelência minhas toscas reflexões a tal respeito, colhidas de há muito de estudos que faço desta matéria. Desse meus estudos tem me nascido a convicção de que o único meio de haver estabilidade nos preços da carne é promover a regularidade das remessas de gado para a Corte do Rio, (...) de onde provirá a diminuição de seu preço. Para isso o Governo deve incorporar três companhias em diferentes pontos desta Província, mediante a garantia que o Governo lhe ceda, para que se obriguem a fazer o fornecimento do gado necessário para o consumo diário na Corte. Quanto às atuais circunstâncias, tenho mais a dizer que o gado exportado para o Rio é em sua máxima parte importada das Províncias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, onde tem-se elevado o preço do gado ao triplo do que se vendia há cinco anos a esta parte sul de nossa Província. A elevação do preço do gado nestas Províncias exportadoras é resultado pelo muito que já se consome nesta Província, tanto que se vendia há dez anos a arroba da carne por 1:600 réis, hoje ela é vendida por 3:200 réis, e igualmente por concomitância da alta de preços de todos os gêneros que há cinco anos nesta parte da Província tem subido, talvez ressentindo-se já da falta de braços, pois os jornaleiros ganhavam 500 réis e hoje não se encontram a menos de 1\$000 réis, e alguns até mais. Os gêneros alimentícios tem da mesma forma subido tanto que a dez anos se vendia o toucinho aqui a 1\$600, e já se vende hoje a 4\$000, e a 6\$000 réis a arroba do sal. O açúcar que se vendia a 3\$000 hoje é vendida a 10\$000, e a farinha que custava 500 réis é hoje vendida a 4\$000 réis, e assim todos os mais gêneros. A elevação dos preços no Rio é por causa do crescimento da população e, por conseqüência, pelo aumento

do consumo, ao passo que não tem havido aumento na matança diária de gado em relação a que era feita há cinco anos. E a outra causa da alta dos preços nasce nos açougueiros, pois fui testemunha de vendas de carne a 40 réis no matadouro em agosto próximo, ao passo que os consumidores não a comprovam a menos de 160 réis.²³

As ponderações do responsável pelo parecer acima exposto, que se apresentou como um estudioso da matéria há algum tempo, sintetiza o conjunto das causas apresentadas nos ofícios de outras localidades, sendo sua sugestão maior a quebra do monopólio exercido pelo único contratante que intermediava os produtos mineiros e os abatedouros fluminenses. Essa sugestão, tão reclamada pelos criadores e negociantes de Minas, acabou sendo adotada pelo Ministério competente no assunto, o qual em 21 de junho de 1861, baixou um decreto e o enviou às províncias produtoras, por meio do seguinte aviso:

Os fornecedores serão obrigados a dar pelo tempo de quatro anos o gado necessário ao consumo diário da Corte. Entregarão todos os dias aos agentes da Câmara a carne que se tiver de cortar, depois de a terem juntamente com eles pesado e classificado. Fornecerão diariamente no matadouro a carne por três preços correspondentes a três qualidades em que se divide o gado, a saber: o preço de 190 réis por libra para a carne de 1ª qualidade chamada *puba*; de 15 réis por libra para a de 2ª qualidade chamada *gorda*; 110 réis para a de 3ª qualidade chamada *enxuta*. É livre a quem quer que seja comprar e vender gados, mas ninguém poderá matar uma res sequer, senão no Matadouro Público. Os fornecedores pagarão à Câmara uma multa de cem contos de réis se faltarem ao cumprimento deste contrato. Os contratadores receberão todos os dias no matadouro a carne que ali houver nos ganchos para o consumo da Corte. Farão publicar todos os dias nos três jornais de mais circulação um boletim declarando ao público quantos bois se matou de cada qualidade, as arroubas que pe-

23 *Idem*, p.122-126.

saram, os açougues em que devem ser cortadas e o preço por que hão de ser vendidas.²⁴

O objetivo do Ministério dos Negócios do Império era controlar a distribuição da carne, desde as áreas produtoras até os açougues, passando pelos condutores e abatedouros, para normalizar os preços, de forma que os setores mais pobres da população não ficassem sem consumir um alimento essencial à sua dieta cotidiana.

Tendo recuperado as explicações da elevação do preço da carne apresentadas pelas comissões municipais formadas para investigar as suas causas, em seguida será apresentado um relato dos efeitos da carestia dos gêneros de alimentícios de primeira necessidade na população do norte de Minas, onde a situação atingiu tamanha gravidade de acordo com a Câmara Municipal de Januária que, “*grupos de indivíduos famintos, famílias inteiras no auge da destruição, chegarem diariamente da Bahia, aumentando a miséria já existente nesta localidade*”.²⁵

Diante de tal situação, os vereadores da Câmara Municipal desta Vila apresentaram ao governo provincial “*uma adaptação provisória à Postura Municipal*”, porque, devido à “*terrível fome que reina na Província da Bahia, limite deste Município, há uma exportação inaudita de gêneros de primeira necessidade daqui para lá*”, motivo pelo qual, “*muitas pessoas que não estavam em circunstâncias de pedir esmolas já não têm outro remédio*”. Por isso, “*em vista destas circunstâncias, a Câmara resolveu adotar uma medida para prevenir o mal (...) criando e aumentando impostos de exportação, para moderar a saída de gêneros deste município e obter fundos para suprir as necessidades da pobreza*”.
Todavia,

24 APM, informações do governo imperial do Ministério do Império, S.P. 914, avulsos sem numeração, 1861.

25 APM, Relatórios das economias municipais, S.P. 832, avulsos sem numeração, 1860.

tão logo apareceu o Edital da Câmara, os monopolistas romperam-se publicamente contra ela com palavras infames e ameaças de levar a ferro e fogo os que se atrevessem a por em execução tal postura. Sendo pois a Câmara uma autoridade de mão morta, não conhecendo esta Vila força policial que queira auxiliar suas posturas, e por outro lado querendo evitar qualquer sedição, preferiu ficar desrespeitada e levar o caso à presença de Vossa Excelência.²⁶

Pela exposição realizada até aqui, é possível perceber que as causas responsáveis pela elevação dos preços dos componentes essenciais da alimentação diária em Minas, segundo as comissões encarregadas pelas Câmaras Municipais para investigá-las, foram determinadas por fatores diversos, sendo os principais deles os efeitos provocados pela abolição do tráfico de africanos, combinados com a Lei de Terras de 1850, com o aumento da produção monocultura voltada para exportação, com o crescimento demográfico do país e com a especulação inerente ao próprio processo inflacionário.

Então, para encerrar a exposição das respostas fornecidas pelas comissões criadas pelas Câmaras Municipais sobre as causas da carestia de gêneros alimentícios e do conseqüente aumento dos seus preços em Minas, segue a resposta da comissão organizada pela Câmara Municipal de Pitangui que será apresentada integralmente por ser a mais completa de todas e sintetizar tudo que foi exposto até aqui. Segundo ela,

o solo de nosso país está repartido por um certo número de proprietários. A nossa propriedade rústica se constitui como que privilégio de uma classe. A classe agrícola que não pode dispender os capitais necessários para haver um terreno próprio vive agregada aos grandes possuidores de solo, e por um contrato a título precário, pode ser despejado quando bem convier ao dono da terra. Em geral lhe é determinado o terreno que pode cultivar e lhe é

determinado a natureza da cultura. Negam-lhes os melhores terrenos, obstam-lhes que abatem matas virgens e mesmo as capoeiras que a estas sucedem. Assim, vê-se que a classe agrícola, não sendo proprietária, lhe falecem os meios de tirar decidida vantagem do seu trabalho. Daí o sofrimento e a penúria de uns e a falta de produção de outros. É que por este sistema de dom gratuito das terras muitas fazendas tem se estragado com prejuízo de seus proprietários. Mas, considerando a questão da produção, não nos cabe entrar na apreciação da conveniência ou não do sistema em si. Cabe-nos apenas ponderar que por aquele recurso a classe dos pequenos agricultores se tornava extensa e a terra fornecia mais frutos e assegurava a um maior número de indivíduos os meios de subsistência. Quando os agregados cultivam terrenos férteis, e se concedia-lhes maior latitude nas plantações, subsistia não só o proprietário, como todo o povo que se estabelecia em suas terras. Naqueles tempos havia mais fartura nos grandes e pequenos estabelecimentos rurais. Não havia por certo tanta riqueza, porém dava-se o fato de o pobre e o rico gozarem de um excesso alimentar; base não só do contentamento moral do homem, como também de seu bem-estar físico. Com os anos crescem a população, e a propagação e multiplicação das famílias e dos agregados é fato que está à vista de todos os grandes agricultores. Foi quando a grande propriedade possuía grande cultura. A cana de açúcar dotou a lavoura da possibilidade de exagerar e aumentar progressivamente os braços escravos, ocupando várias regiões do terreno. Daí então começou a declinar a cultura de cereais e legumes. O alto preço do açúcar preocupou de tal forma os ânimos da lavoura que esta só se ocupa com a plantação da cana e o seu fabrico. Os cereais são apenas cultivados na proporção indeclinável para a subsistência dos escravos, dos animais auxiliares da lavoura do proprietário e da sua família. O valor dos escravos tendo subido muito, os pequenos proprietários tem deles lançado mão para satisfazerem as necessidades do momento, sendo que há uma saída deles deste município aos milhares. O valor das terras também tem subido consideravelmente, e a prodigalidade da sua oferta começou a ser contida. Desde que a

²⁶ *Idem.*

grande lavoura abandonou o cultivo dos cereais e desde que os terrenos foram escasseados à pequena lavoura, impondo-lhe uma estreiteza para as suas sementeiras, é evidente que a falta de víveres é uma circunstância infalível, e o resultado está ao alcance de todos os que refletirem sobre as causas da triste emergência com que se vê em tudo a população do país.²⁷

Tendo dito isso, seguiu apontando outros fatores que determinaram o problema em questão, afirmando,

que a cultura de cereais só pode constituir objeto de vendas naquelas localidades onde se garante a tal gênero de produção um mercado próximo, se não a produção se restringe a uma quantidade indeclinável para a subsistência própria do produtor. Nestas circunstâncias acham-se quase todos os pontos produtivos deste e de outros municípios. A falta de estradas, ou o seu péssimo estado, assim como o das pontes que atravessam nossos inúmeros rios faz com que parte considerável da produção seja deduzida em carretos ou fretes entre 20 a 50%. Além disso, sabe-se que as terras de cultura vantajosamente situadas para uma fácil exportação de cereais e outros gêneros alimentícios estão fatigados por uma incessante plantação por mais de um século, e sobretudo porque esta cultura tem sido sempre idêntica e uniforme no grão semeado, o que segundo a experiência causa um rápido enfraquecimento das forças nutritivas da terra. Hoje, para uma igual colheita à dos tempos passados, é preciso semear uma superfície muito maior de terreno, o que importa em um maior emprego de mão-de-obra, tempo, e capital. Também ninguém ignora hoje que a agricultura, pelo alto preço dos braços e do trabalho, se onere com despesas superiores às de outros tempos, donde vem a carestia da produção alimentar existente no país. Assim, o custo dos gêneros destinados à alimentação humana tem entre nós se elevado porque tem crescido as despesas de sua produção. E hoje que essa produção não encontra no mercado um preço suficiente para compensá-la não poderia se manter, e se arruinaria de pron-

²⁷ APM, *Ofícios dirigidos ao Governo da Província, S.P. 715. p.28-31, 1858.*

to. Por isso, no momento em que os capitais empregados na produção alimentar não encontram nela os meios de haver reembolso e lucro, eles se desviam para outras especulações.²⁸

Após terem feito estas considerações, os integrantes de tal comissão apresentaram algumas propostas para pelo menos atenuar a situação, começando por lamentar “o privilégio que poucos têm de ter acesso ao solo”, aos quais, por força da lei,

não se pode impor o preceito de aforamento dos terrenos incultos, e nem o dever de receberem em suas terras um certo número de famílias regulamentado pela quantidade de terra que possuem, e nem que semeiem uma determinada medida de cereais, e pratiquem em certa proporção a cultura dos víveres, bem como obrigá-los a vender os vastos terrenos que possuem que se conservam improdutivos, cujas medidas teriam talvez por resultado uma mais abundante produção alimentar; elemento primordial do desenvolvimento da população.²⁹

Se tais medidas não poderiam ser tomadas, outras, porém, estavam ao alcance das autoridades públicas, como, por exemplo, combater o “abandono dessas terras que se fatigam”, o que constitui “um sério embaraço à produção de gêneros alimentícios”, com “o estabelecimento de colônias agrícolas formadas por nacionais a quem o governo deve fornecer o terreno, e por uma escola prática que ensine o emprego do arado e melhoramentos no amanho das terras ainda não empregadas em nosso país”, pois, “o meio de tornar toda e qualquer produção mais acessível e barata, especialmente a de víveres, é proporcionar terreno ao homem, inculcando movimento à marcha da colonização, quer nacional, quer estrangeira, alimentando a população, e eliminando dela todos os obstáculos e imposições que a oneram na multiplicação humana”, para a qual “é necessário ainda que haja melho-

²⁸ *Idem.*

²⁹ *Idem.*

*ramentos das estradas, principalmente para as terras remotas ainda improdutivas pelas distâncias em que jazem”.*³⁰

Diante do observado nas respostas das comissões formadas pelas Câmaras Municipais para responder ao inquérito do Ministério dos Negócios do Império, sobre a inflação examinada neste texto, é possível concluir que a população, sobretudo a mais pobre, experimentou um grave problema de abastecimento de alimentos de primeira necessidade, em um país de largas dimensões de terras agricultáveis, devido não só aos fatores internos e externos à economia nacional, mas também às opções políticas de uma elite dirigente, identificada com os anseios dos grandes proprietários rurais, que adotou medidas sobre a estrutura fundiária, expressa na Lei das Terras de 1850, para garantir as demandas da monocultura agroexportadora, as quais dificultaram aos pequenos agricultores o acesso à terra. Assim, sendo eles os responsáveis pela maior parte da produção de gêneros básicos da alimentação diária, e diante de tal dificuldade que enfrentaram, eis o porquê do espectro de fome ter assolado o país, mesmo em uma de suas principais províncias produtoras de tais gêneros, levando ao desespero certos municípios, como o de Januária, onde pessoas já fustigadas pela miséria da vida cotidiana geram ainda mais sob o peso da carestia.

³⁰ *Idem.*

Bibliografia

ANDRADE, Francisco. A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros na 1ª metade do século XIX em Minas. Belo Horizonte, UFMG, Dissertação de Mestrado, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979.

CHAVES, Cláudia Maria. Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo, Aumablume, 1999.

Warren. A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luis. Homens de Grossa Aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História Quantitativa e serial no Brasil. ANPUH-MG, 2001.

FURTADO, Celso. A Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1977.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 2º ed., São Paulo, Ática, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História da Civilização Brasileira. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1962.

LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação: abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, 1983.

MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, Agricultura e Degradação Ambiental em Minas nos séculos XVIII e XIX. Ouro Preto, Revista de História do LPH/UFOP, nº 4, 1994.



MARTINS, Roberto Borges. A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1982.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. Ser Escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial. São Paulo, Hucitec, 1986.

PAIVA, Clotilde Andrade. População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX. São Paulo, Tese (Doutorado), USP, 1996.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1968.



PIRES, Júlio Manoel e COSTA, Iraci Del Nero da. O capital escravista-mercantil; caracterização teórica e causas históricas de sua superação. In: Revista Estudos Avançados. São Paulo, USP, nº 38, 2000.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 18º ed., São Paulo, Brasiliense, 1983.

__, História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1956.

ZEMELLA, Mafalda. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo, Hucitec, 1990.

